



# Os Capitães da Areia e o Navio Pirata: reflexões sobre formas de segregação social e espacial em Salvador / 'The Captains of the Sands' and the 'Pirate Ship': Reflections on Forms of Social and Spatial Segregation in Salvador

*Juliana Oliveira Silva* \*

Juliana Oliveira Silva é graduada no curso de Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (Campus I). Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da Linha I (Leitura, literatura e cultura) da Universidade do Estado da Bahia (Campus I). É doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) de Linha I da Universidade do Estado da Bahia e foi professora substituta, no ano de 2023, da Universidade Federal da Bahia no curso de Letras. Atualmente, é professora da Rede Estadual da Educação Básica do Estado da Bahia.



<https://orcid.org/0009-0001-9291-7603>

*Oton Magno Santana dos Santos* \*\*

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp (2017); Mestre em Letras: Linguagens e Representações (Universidade Estadual de Santa Cruz - Uesc) (2010); Especialista em Estudos Comparados em Literaturas de Língua Portuguesa (2004) e Graduado em Letras com habilitação em Inglês, pela Uesc (2000); Líder do grupo de Pesquisa LEALLL - Linguagens e Educação: Alfabetização, Leitura, Linguística e Literatura (Uneb). Professor adjunto lotado no curso de Letras-Português do DCH – I (Salvador) da Universidade do Estado da Bahia; Docente credenciado ao Programa de Pós-graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Uneb, Campus I; Coordenador da linha 1 (Leitura, literatura e cultura) do PPGEL-Uneb; Coordenador institucional do Pibid na Uneb (2022-Atual); Membro do Comitê de Iniciação Científica da Uneb; Autor do Livro Educação literária no Ensino Médio: Percursos Etnográficos (2020). Linha de pesquisa: Leitura, Literatura e Cultura, Áreas de interesse: Literaturas Brasileira, Educação Literária, Formação do Leitor. Formação do professor e Livro Didático.



<https://orcid.org/0000-0002-6872-4799>

**Recebido em:** 17 de jan. de 2025. **Aprovado em:** 03 de jun. de 2025.

\*

[literaturajulianaoliveira@gmaill.com](mailto:literaturajulianaoliveira@gmaill.com)

\*\*

[omsantos@uneb.br](mailto:omsantos@uneb.br)



**Como citar este artigo:**

SILVA, Juliana Oliveira; SANTOS, Oton Magno Santana. ‘Os Capitães da Areia’ e o ‘Navio Pirata’: reflexões sobre formas de segregação social e espacial em Salvador. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 14, n. 1, p. e6252, ago. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.16734476

**RESUMO**

O presente trabalho elabora um paralelo entre a música *Duas cidades* (2015) da banda BaianaSystem e o romance *Capitães da Areia* (1937) do escritor Jorge Amado, de modo que suscite uma discussão sobre as formas de segregação social e espacial na cidade de Salvador, que são invisibilizadas pela ideia de felicidade que acomete o estado baiano e são hiperbolizadas na capital pelo mercado turístico e carnavalesco. Apoiado nas reflexões sobre representação do historiador Roger Chartier (1990), no conceito de identidade cultural discutido por Stuart Hall (2006), Benedict Anderson (2008) e em escritas sobre a cidade tecidas por Renato Cordeiro Gomes (2008) e Jamile Borges Silva (2020), dentre outras referências, o texto dá relevo a como o mito da democracia racial que estrutura a identidade nacional brasileira e soteropolitana incide nas formulações de uma imagem local que negligencia cuidados aos reais problemas sociais – a exemplo da segregação social e espacial em Salvador. Além da crítica social, o artigo dá relevo à importância das trocas feitas entre a literatura e a história e a seleção de textos distintos em estruturas, mas que podem convergir e ser uma forma de complemento do outro – caso do romance e da música.

**PALAVRAS-CHAVE:** Salvador; Segregação social e espacial; Representação.

**ABSTRACT**

*This paper draws a parallel between the song *Duas Cidades* (2015) by the band BaianaSystem and the novel *Capitães da Areia* (1937) by the writer Jorge Amado, in order to spark a discussion on the forms of social and spatial segregation in the city of Salvador, which are made invisible by the idea of happiness that permeates the state of Bahia and are hyperbolized in the capital by the tourism and carnival industries. Drawing on the reflections on representation by historian Roger Chartier (1990), the concept of cultural identity discussed by Stuart Hall (2006), Benedict Anderson (2008), and writings on the city by Renato Cordeiro Gomes (2008) and Jamile Borges Silva (2020), among other references, the text emphasizes how the myth of racial democracy that structures Brazilian and Salvadoran national identity influences the formulation of a local image that neglects the real social issues—such as social and spatial segregation in Salvador. In addition to the social critique, the paper also highlights the importance of the exchanges between literature and history and the selection of distinct texts in structure, but which can converge and complement each other—such as the case of the novel and the song.*

**KEYWORDS:** Salvador; Social and spatial segregation; Representation.

## 1 Introdução

Em tempos de crises políticas, avolumam-se questões acerca da discussão identitária e acerca do resgate de um sentimento nacionalista. O que entra em voga é um comportamento patriótico urgente em busca de uma retomada da harmonia, dos reais “direitos” furtados do cidadão e se destaca o resgate nostálgico de volta a um tempo no qual, mitologicamente, as pessoas viviam de uma forma melhor. É possível identificar, assim, que a noção de identidade nacional escapa à mera delimitação de um indivíduo que nasce dentro de uma fronteira geográfica, mas, além disso, comporta-se como



produto de uma constelação de diretrizes culturais, sociológicas, morais e políticas, adotado por uma comunidade. O que não significa que determinada identificação será plenamente performada por todos os cidadãos, mas será uma referência basilar existente dentro uma civilidade institucionalizada politicamente.

Em contrapartida aos discursos de esvaziamentos das ciências humanas dentro dos currículos da educação escolar básica brasileira, a presente escrita busca ilustrar, de certo modo, a importância de discussões de caráter mais abstrato, diferentes das “ciências duras. Sutis, mas de robusta engenhosidade, a exemplo da formulação de identidade cultural. A ilustração aqui proposta não assume o crédito de verdade totalizante e não pretende, mas busca compreender e dissertar acerca dos meios, formas e caminhos tomados por uma noção tão abstrata e que, mesmo sendo de tamanha abstração, toma corpo de instituição imprescindível à vida social moderna e nos ajuda a ler a vida política dos Estados nacionais em diferentes partes do mundo e no Brasil.

A identidade cultural, a despeito de sua não concretude, assume caráter de importância na vida do homem inserido na sociedade. Stuart Hall (2006) confirma que assim como temos aparatos físicos, necessitamos de uma identidade, nota-se que essa constituição se dá pela identificação, mas também se dá através da diferença, ou seja, somos brasileiros porque não somos pertencentes a outra cultura – há uma manutenção nos elementos de construção desse imaginário (distanciamento temporal para recorrência aos mitos da origem, existência de um polvo “puro”, valorização da língua pura) e a diferença das identidades culturais vai se realizando por meio de configurações diversas. Esse aparato tão abstrato surge pela necessidade humana de pertencimento a um grupo e que auxilia na produção da coesão social. Configura-se como um discurso que elabora em qualquer indivíduo uma narrativa de representação e de identificação com uma imagem simbólica.

O referido dispositivo de representação é discutido por Stuart Hall (2006). O autor discorre sobre o funcionamento dessa ferramenta simbólica e confirma a sua força ao afirmar que não se nasce com o sangue brasileiro, baiano ou inglês, mas, ao decorrer da inserção social, o indivíduo é levado a se comportar como tal. Veste-se inconscientemente o figurino. A força desse dispositivo é percebida quando é notado um comportamento de forma tão genuinamente brasileira ou de qualquer outra forma, ao ponto de determinada característica parecer fazer parte do sistema biológico. O Brasil teve seu processo de elaboração de identidade nacional dentro da perspectiva de comunidade imaginada,



assim como diversos Estados modernos. Benedict Anderson (2008) se propõe a refletir acerca da condição nacional, colocando-se diante de diversos paradoxos e detectando uma complexa contradição: a condição nacional implica na instauração da feição de soberania, mas a lógica da construção dessa estrutura está diante de uma grande pobreza filosófica que busque explicá-la.

A partir dessas duas referências, Hall (2006) e Anderson (2008), é possível observar o processo de construção de uma identidade cultural a partir de uma movimentação que evoca mitos e que demanda um certo empenho e manipulação retórica na construção de uma história patriótica em nome do progresso e ordem da nação, que para além da fabricação do sentimento de pertencimento, buscou, e busca, o incentivo à lealdade. Anderson (2008) toma um caminho metodológico que tende a confirmar a condição nacional como produto das nações modernas e como um produto marxista, além de enxergar esse produto como uma substituição de estruturas que o precederam: comunidades religiosas, reinos dinásticos... É uma estrutura forjadora de um pertencimento comunitário e, parafraseando Ernest Renan, Anderson revela que – além de criar o elo entre os sujeitos inscritos naquele local – “é necessário que estes indivíduos tenham esquecido muitas coisas” (p.32, 2008).

Dessa forma, a presente escrita tem como objetivo dissertar como certos silenciamentos e esquecimentos ajudam a camuflar os reais problemas sociais. A colonização é um evento de grande valia para a discussão aqui suscitada, pois é necessário direcionar o olhar para o processo de colonização brasileira. A colonização foi um evento que influenciou fortemente a cosmovisão brasileira e que, contrariando a nítida realidade, é, por vezes, atenuado.

Esse artigo elabora uma discussão de cunho qualitativo e um levantamento bibliográfico de temáticas pautadas na construção imagética de Salvador, capital da Bahia. Buscando, através da música *Duas cidades* (BaianaSystem) e do romance *Capitães da Areia*, (Jorge Amado, 1937) construir uma crítica a práticas de silenciamentos que buscam apoio na imagem cultural da Bahia e do Brasil para camuflar os reais problemas sociais. Além do interesse político, percebe-se que esse apelo imagético na Bahia tem motivações comerciais e turísticas – slogans como “Terra da felicidade” ou “Terra Mãe do Brasil” são reatualizados constantemente.

A investigação acerca do funcionamento dessa estratégia identitária e imagética é realizada com auxílio de alguns estudos pautados na pesquisa da elaboração do conceito de cidade, em seu sentido concreto e abstrato – ruas e ideias. Além de dar notoriedade ao conceito de representação



elaborado pelo historiador Roger Chartier (1990), chamando atenção para a luta das representações e seus mecanismos como pautas caras à sociedade e suas formas de sociabilidade e, consequentemente, a criação de “imagens”, a exemplo da imagem da cidade soteropolitana.

## 2 Desenvolvimento

Os escritores e artistas brasileiros oitocentistas, a exemplo de José de Alencar, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (de divulgação interessada<sup>1</sup>) e a pintura *A primeira missa no Brasil* (1859-1861), do catarinense Victor Meireles, foram estruturas distintas, mas que marcaram um momento político, social e artístico de formação de uma identidade cultural brasileira. Essa “fundação” imagética pautada na inauguração do “país novo” deixa como herança suas perspectivas discursivas até os dias atuais – mesmo após as tentativas de rompimento do movimento modernista da Semana de 1922. A imagem da terra fértil e abundante, do nativo acolhedor, movido pelo afeto e pela inocência; do brasileiro receptivo ao que vinha de fora, indivíduo cordial e movido pelo instinto que não sabe distinguir as fronteiras entre o público e o privado (ver Schwarz, 2019) encontram forte manutenção atualmente. O processo de duplo trauma brasileiro, bem como vemos em Cunha (2006), de colonização e o de escravidão, a partir de narrativas literárias, históricas e artísticas consegue engendrar a imagem do encontro e da abertura do novo mundo para Portugal e essas narrativas conseguem consolidar a imagem não de violência ou de trauma, mas de descobrimento. Essa atenuação da colonização e a reconfiguração de seus modos de violência que atravessam as gerações demonstram como a falácia da democracia racial e de suposta rejeição às discriminações são mecanismos não ingênuos do desejo de forjar a imagem do país.

O conceito de identidade cultural, voltado para a elaboração da estrutura simbólica que é a ideia de comunidade imaginada – principalmente na Bahia –, é o ponto de partida para a reflexão aqui pretendida. O que se busca refletir com esse trabalho é como os problemas sociais, a exemplo da segregação racial e espacial, são camuflados devido a esse slogan de “terra da felicidade e da

---

<sup>1</sup> Eneida Leal Cunha (2006) levanta uma dúvida sobre a publicação da Carta de Pero Vaz de Caminha, que ficou privada por quase três séculos e foi publicada apenas em 1817, quando havia um grande empenho dos intelectuais brasileiros oitocentistas para a construção de uma “cara brasileira”, uma consolidação da “cor local” (Alencar, 1836).



hospitalidade” pelo qual a Bahia (especialmente Salvador) é representada. Como já foi referido anteriormente, Stuart Hall (2006) e sua discussão acerca do conceito de identidade na pós-modernidade oferta o suporte teórico necessário para essa argumentação. Dentro desse segmento temático, Benedict Anderson (2006) é um dos suportes teóricos para reflexão acerca dessa comunidade imaginada baiana. A problemática que deve ser exposta, pois a busca de soluções de um problema é iniciada e feita através de sua discussão, é a camuflagem das gritantes mazelas sociais que a Bahia enfrenta e sofre.

Esse recorte pontual para Salvador é feito, nesse texto, pela relevância de alguns aspectos. O primeiro aspecto é a abrangência e o destaque que Salvador alcança, midiaticamente e economicamente, com o mercado carnavalesco e turístico. Essa abrangência hiperboliza e alarga as fronteiras da cidade, tornando-a como principal produtora de uma “imagem/feição” baiana, condição que invisibiliza, de certo modo, as cidades interioranas para o restante do país, como se a Bahia fosse resumida a Salvador e carnaval. Um outro aspecto relevante ajuda na compreensão da ideia muito difundida da cidade baiana possuir uma atmosfera diferenciada: a capacidade soteropolitana de resistir fisicamente e culturalmente à onda modernizadora da urbanidade. Existe uma resistência e manutenção da sua africanidade apesar das tentativas de “modernização”. A focalização e hiperbolização de Salvador discutida anteriormente denota o aspecto mais abstrato do conceito de cidade. Elemento muitas vezes propagado em seu caráter geométrico e racional, a cidade revela sua manifestação como símbolo, discurso e representação – a cidade toma corpo e é personagem-protagonista.

Paulina Alberto (2017) discute em alguns capítulos (5 e 6) sobre as formas de manifestação e diferenças do Movimento Negro e militância nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. Em seu livro, a autora demonstra os modos pelos quais o Movimento Negro no Brasil, nesses três eixos, assumiu trajetórias diferentes devido às singulares influências e a recortes distintos. Trazendo a discussão para o território soteropolitano, Alberto retrata que a militância negra não se deu de forma tão escancarada, que não teve um recorte estritamente racial, mas sim cultural e religioso. O que a autora demonstra é que, apesar de não ter um recorte estritamente racial, o Candomblé foi, e é, enquanto sistema de crenças e práticas uma forma de afirmação da africanidade e de suma importância para o resgate da ancestralidade da identidade brasileira que estava localizada também



em África. Os líderes religiosos, a exemplo de Mãe Senhora (da casa Ilê Axé Opô Afonjá), em um período de forte cerceamento político e de um interessado acolhimento ao candomblé proporcionado pelo governo, figuraram como importantes condutores da reconexão e intercâmbio Bahia-África.

O texto de Alberto retrata que, apesar da movimentação religiosa em Salvador ser feita através da religião e ter expandido seu acolhimento aos homens brancos – Jorge Amado e Pierre Verger são alguns exemplos – a afirmação e resgate de uma africanidade reclamada por Mãe Senhora, com a ajuda de Pierre Verger, que reconstruiu uma ponte Bahia-África, foi uma forma subversiva de negar a diluição da potência de um povo que foi e é de extrema importância e potente presença na sociedade brasileira. Essa ponte construída pela benção de Xangô foi de encontro ao mito da democracia racial que estava em voga como grande produto brasileiro, o Brasil era ainda uma nação emergente e recentemente iniciada no processo de modernização. Reclamar e resgatar a potência da africanidade foi dar voz a um grupo, a um povo, que sofreu e sofre com as tentativas governamentais de diluição da sua história nas entradas brasileiras. Fazendo jus a Xangô, orixá da justiça, o candomblé exaltou em território brasileiro uma africanidade para além do estereótipo da escravidão e da folclorização. Essa pode ser uma das motivações pelas quais, além do apelo midiático, mercadológico e tendencioso, Salvador exala tamanho encanto: a sua capacidade de resistir e ainda, apesar de toda a lógica colonizadora, fazer a manutenção, desde os tempos iniciais de luta antirracista, de sua africanidade potente. Essa curva feita diante ao processo urbanizador e modernizador é citada por Silva (2020), que resume essa reflexão:

[...] mesmo tendo molhado meus pés nos três oceanos, Atlântico, Índico e Pacífico, ainda me surpreendo com a capacidade dessa Salvador de se reinventar. Essa cidade que resiste a todas as tentativas de “desafricanizar para civilizar ou transformar a “velha mulata” numa “mademoiselle”...” (Silva, 2020, p. 48).

Para entender um pouco sobre a construção simbólica de uma imagem soteropolitana, além dos eventos sociais que contribuíram com o processo cultural, é preciso observar as formas como alguns aparatos de representação e simbólicos são elaborados. Benedict Anderson (2008) retrata, assim como Hall, que: “Em contraste com a enorme influência do nacionalismo sobre o mundo moderno, é notável a escassez de teorias plausíveis sobre ele” (p.28). A partir da confissão de que ainda não é possível criar uma delimitação, o autor empreende algumas reflexões para pensarmos o



nacionalismo, a primeira visão a ser ajustada é interpretar o nacionalismo como uma construção imaginada, mas não imaginada em um sentido de falsidade e de carga negativa, mas como uma construção imaginada e abstrata de modo a ser uma conjectura de uma comunidade.

A noção de identidade una é hoje questionada e sofre com abalos sucessivos. Um desses questionamentos é formado pela existência dos movimentos sociais que emergem com certa urgência de reconhecimento de identidades diversas, vistas como minorias perante a existência do sujeito universal, e que possuem suas particularidades e especificidades culturais, a exemplo do movimento negro e do movimento feminista e, mais tarde, o clamor mais destacado dos povos originários.

Além da influência da globalização e formato econômico capitalista, movimentos que diminuíram as fronteiras e facilitaram o intercâmbio cultural entre as mais diversas comunidades do mundo. Mas diante às diferenças que ganham destaque e fazem as suas reivindicações, a identidade cultural, o nacionalismo, apesar de sua pobreza filosófica que alcance explicação, ainda é uma das maiores instituições que conseguem estabelecer um sentimento de soberania limitada, lealdade entre seus membros e alcançar status de Estado nação.

A escrita literária não escaparia às mudanças, passando a oferecer suas linhas como um espaço privilegiado para o protesto contra os grandes problemas sociais. O canto ao amor, à bela cidade e à amada já não são suficientes, pois a realidade demonstra um cenário desolador. O conceito de *representação* de Roger Chartier (1990) se desdobra dentro dos estudos da História Cultural, ramo do saber que rompeu com as anteriores e conservadoras formas de fazer História para se apropriar de novos objetos de estudos e novos campos de pesquisa que, até certo momento, não eram considerados como fonte de pesquisa. Para o pesquisador, o conhecimento histórico, a exemplo da história da cultura de um povo, estava fortemente presente no rotineiro e no automático. Essa perspectiva permitiu que textos literários pudessem ser uma fonte histórica como as outras fontes já institucionalizadas que passavam um aspecto de maior concretude, diferente dos textos ficcionais.

Esse estudo da *representação* e de aspectos mais simbólicos que parecem ser propriedade da imaginação e da ficcionalidade tiveram uma maior atenção demandada por Chartier, ele percebeu que esse aparato simbólico vai ser influente na elaboração do que vai chamar de um “real bem real”, ou seja, os aspectos concretos e mais exatos. Desse modo, vai chamar a atenção para a importância da luta das representações como tão importantes quanto as lutas econômicas. A representação



vigente e “vencedora” oblitera outras vozes, rege muitos dogmas e instituições sociais e detém grande poder da vida social. As vitórias das representações são muitas vezes forjadas no pódio da violência, é o caso da exploração colonizadora. Tratando a literatura como estrutura passível a estudos históricos e científicos, a estudiosa Sandra Pesavento (2006) afirma:

A literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam. Fonte especialíssima, porque lhe dá a ver, de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. A literatura é narrativa que, de modo ancestral, pelo mito, pela poesia ou pela prosa romanesca fala do mundo de forma indireta, metafórica e alegórica (2006, p. 3).

De acordo com a escritora, podemos ver a literatura, então, como um novo horizonte de possibilidades para a História. Pois, segundo Pesavento, a noção de que o imaginário é uma forma privilegiada de fonte de História se dá pela lógica noção de que a realidade é enunciada a partir de um conhecimento sensível. O fazer histórico passa a admitir a noção de que é realizado por um indivíduo atravessado e influenciado por muitas outras vozes e que carrega uma bagagem pessoal, não tem um caráter totalmente neutro e passa por uma seleção que privilegia representações. A percepção acerca dessa fragmentação traz voz a discursos anteriormente invalidados como úteis para a elaboração de reflexões sociais sérias, além de dar voz aos silenciamentos e aos vencidos. Essa reestruturação da noção de realidade provocou um comportamento ilustrado pelo filósofo Walter Benjamin como “escovar a história a contrapelo”. Ou seja, ler a história fora da perspectiva do olhar do vencedor, mas dar notoriedade às histórias dos vencidos.

Dois textos literários e de estruturas distintas são utilizados para fomentar e contextualizar a discussão nesse trabalho: O romance *Capitães da Areia* (1937) do escritor baiano Jorge Amado e a música *Duas cidades* (2014) da banda BaianaSystem. A escolha de tipologias textuais diferentes se justifica por ser uma forma de estímulo a uma leitura diversa do mundo e de suas várias formas de expressão cultural. Além disso, os dois textos demonstram uma convergência temática – as mazelas da cidade de Salvador. Partindo desse pressuposto, esse artigo busca analisar como se elaborava e se elabora ainda hoje determinados discursos na sociedade e como são enxergadas determinadas questões sociais, a exemplo da Ideia de Bahia e segregação social, sendo feita essa análise dentro desses dois textos. A contextualização feita anteriormente acerca da confluência entre literatura e



história permitiu que fossem apontados, nessa escrita, aspectos sociais que historicamente ainda não foram superados, usando a ficção literária como apoio para a exploração dessa temática.

Embarcar os Capitães da Areia no Navio Pirata é reatualizar questões ainda vivas, porém invisibilizadas e que continuam impactando a cidade soteropolitana. Essa discussão busca abrir caminho para reflexões que possam dar destaque às questões que passam despercebidas em nosso repertório cultural e se tornam comuns para nossa percepção por fazer parte do cotidiano e do automático.

### 3 Duas Cidades

*Capitães da Areia*, livro do ano de 1937, é estruturado como uma narrativa de grande riqueza política, retratando as mazelas sociais, a crueldade da vida das crianças abandonadas em situação de rua, são crianças marginalizadas pela sociedade e pela criminalidade. Jorge Amado, em 1945, foi eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas referências ideológicas estão manifestadas em sua escrita. A postura questionadora, na vida e nas narrativas, teve como consequência a queimada de diversos exemplares do romance em praça pública, o que serviu como alerta para o início da censura da ditadura militar.

Com a leitura do romance *Capitães da Areia*, observa-se a tessitura de uma forte denúncia social presente na escrita e é notória a importância do livro como leitura da sociedade da época e contemporânea, pois a narrativa se atualiza. Essa denúncia reforça o reconhecimento da confluência entre Literatura e História, a literatura como instrumento e ciência social, assim como a História, servindo de ferramenta para o estudo da vida humana e de suas práticas/representações dentro de um recorte do tempo. A literatura como documento histórico foge das convenções tradicionais do que é institucionalizado como documento e sua forma de classificação. A literatura através de alegorias, metáforas e não ditos, revela e denuncia feições sociais.

Além dessas considerações, é necessário desconstruir o pensamento da literatura como ficção e a história como conhecimento científico, criando uma espécie de dicotomia. Ao falar de “Filosofia da História” Jacques Le Goff em *História e Memória* (1924), discorre como a história não é uma matéria totalmente delimitada e “pura”, mas tem a performance de narrativa, já que os



documentos, as seleções e suas devidas interpretações cabem a um homem pertencente a um convívio social e perpassado por várias vozes. Para reforçar, a História, intencionalmente ou não, não é inocente. E tem a sua falta de neutralidade acentuada pelo seu objeto de estudo: retratar o passado, o que já ocorreu. Consustanciando essas reflexões, Sandra Pesavento (2006) escreve sobre a história e seu objetivo de descrever o “poderia ter sido”, fazendo isso citando a discussão, proposta por Ricoeur, de “representância”. Usando essa proposta, a “representância” seria um desejo maior do que o simples resgate do passado e de seu transporte até o presente, mas uma vontade historiadora de reconstituir o passado, uma forma de o atingir. Para ela, “uma militância no sentido de atingir o inatingível, ou seja, o que um dia se passou, no tempo físico já escoado” (Pesavento, 2006, p.5). É uma utopia.

O romance de Jorge é de forte importância, historicamente falando, pois dá voz à história dos marginalizados, à história dos excluídos e da diversidade que é encontrada nas trajetórias dos personagens, a exemplo de Pedro Bala, Pirulito, Sem-Pernas, Professor, João Grande, Volta-Seca, João-de-Adão, Don’Aninha, Dora, entre outros, mostrando que a história da sociedade não é linear e homogênea, é dotada de multiculturalidade. De acordo com Nelson H. Vieira (2017):

São obras ou discursos que podem criar um certo desconforto cultural. Mas, como estratégias, as obras manifestando hibridismo e alteridade também podem ser vistas como vias para se descobrir novas referências culturais e sociais e, sobretudo, para se reconhecer a coexistência de identidades, culturas e histórias múltiplas, em contraste com a proclividade neocolonialista para a exclusão, subordinação e segregação do não-canônico (Vieira, 2017, p. 51)

A importância é exposta como grande denúncia e possibilidade de existência de voz dos excluídos, das pequenas crianças abandonadas e capturadas pelo crime. A multiculturalidade refletida na narrativa de Jorge Amado emerge da discussão dessa faceta da literatura em dar destaque às histórias não-oficiais, mas, do mesmo modo, suscita a discussão da Ideia de Bahia como terra da diversidade. Busca-se analisar como a segregação social e espacial ocorre em Salvador, cidade da Bahia, e é retratada no romance do escritor baiano elencado e na música *Duas cidades*.

A ideia de alegria baiana é reforçada de forma midiática pelos veículos de informação que, com interesses financeiros, têm como objetivo fomentar o mercado turístico da cidade que é o motor de sua economia. Essa movimentação de *marketing* atrai turistas que, além de desejar testemunhar



a beleza da cidade, buscam entrar em uma atmosfera inebriante de alegria e conforto proporcionado pela hospitalidade baiana. A busca por contemplação dos itens citados anteriormente seria uma forma de “fuga” da rotina frenética da cidade grande. Apesar de Salvador ser uma grande capital, São Paulo e Rio de Janeiro são as referências de grandes metrópoles. A capital baiana é a alegria, o estereótipo do descanso e do paraíso, o acolhimento à diversidade e a forma mais hiperbolizada de aversão a conflitos – “qualidade” que o brasileiro supostamente teria. Já as conhecidas metrópoles são a imagem do trabalho e do progresso.

Para entender a ilusória fama de alegria e de acolhimento à diversidade é necessário olhar para o processo de povoamento e exploração do Brasil. O interesse mercadológico baseado nas festas carnavalescas é apenas uma apropriação de interesses antigos, interesses que possuem raízes fincadas desde o período de 1500, quando o primeiro português colocou os pés em solos brasileiros. Desde a Carta de Pero Vaz de Caminha até os governos da atualidade que tentam negligenciar os reais direitos das ditas “minorias” maioria – utilizando o argumento que “não existe racismo no Brasil”, vemos que essa representação brasileira é uma forma de argumento e estratégia de governos autoritários e violentos. Governos que mudaram suas feições, mas desde a colonização adotam práticas semelhantes que atingem os mesmos grupos segregados.

Cunha (2006) para discutir o caráter de dependência e trazer à tona a identidade cultural brasileira como dependente porque sofre com um duplo trauma (colonização e escravidão) utiliza a Carta de Caminha como um pano de fundo da construção identitária brasileira, é a protocena do Brasil. A Carta de Caminha, no texto da autora, surge em um momento muito interessado e é o modelo retórico para outras narrativas artísticas e literárias que irão fomentar a narrativa fundacional de modos diversos, mas objetivando a sedimentação de uma ideia que encontra manutenção até hoje: o Brasileiro como muito suscetível e cordial ao estrangeiro e ao diferente. Isso é questionado pela autora, será que os nativos eram tão cordiais e passivos ou apenas respeitavam a existência de um Outro – diferente do comportamento do colonizador? Essa narrativa da cordialidade serve para, ao longo do tempo, camouflar os destroços da colonização e da exploração que naquela colônia foram deixados.

Nesse espaço, ilusoriamente, “alegre” se torna contraditório questionar: como em uma terra de acolhimento e que abraça a diversidade ocorre um problema tão grave de segregação racial, um



*apartheid* social e geográfico? Toda essa ideia forjada forçosamente é um processo ambíguo usado normalmente, assim como ocorre a construção da identidade nacional (o popular participa deste processo) e interessadamente forjado pela indústria cultural, uma ambivalência de interesses públicos e privados. Segundo Pinho, a partir da contribuição de Homi Bhabha:

O caráter sempre disjuntivo dessa ambivalência é sustado pelo que Bhabha chama de suplementeriedade (supplementary): uma estratégia discursiva que, exercida pelas artes e pela tecnologia, que interrompe a pluralização dos discursos anteriores à nação, constituindo o povo como “Um” mediante uma substituição que se antepõe à contraditória junção do performativo e do pedagógico nos discursos nacionais. A suplementariedade cria uma “presença” narrativa que unifica a proliferação das diferenças culturais, que são sempre o resultado de processos de transferência e deslocamento que produzem um outro, locus de articulação dos discursos de identidade (1998, p. 2).

Apesar da força do *marketing* do slogan que recebe, Salvador sofre com um grande problema de segregação social e racial (porque grande parcela da população periférica soteropolitana é negra). Essa segregação, como em outros grandes centros urbanos brasileiros, se concretiza, conjuntamente, de forma espacial, ditando lugares para a elite e para a periferia e ditando lugar de negro e lugar de branco.

Os textos escolhidos retratam em suas narrativas a rotina da Salvador dividida. Retratam a segregação de privilégios observada na partição “Cidade alta/cidade baixa” – as duas cidades. Jorge Amado elege como temática central, no livro, a vida dos meninos de rua e as dificuldades que enfrentam na cidade. Subacente à temática referida, existe o trabalho de registrar o universo de múltiplas vozes e personalidades que aquele bando possui, mostrando como na Bahia, independente da identidade forjada pelos veículos da mídia, há uma diversidade cultural, há múltiplas vozes. E ao falar de pluralidade, destaca-se que BaianaSystem é uma banda baiana que mistura samba, *rap*, rock, com o toque de axé da guitarra baiana. Seu vocalista Russo PassaPusso revela a abstração da delimitação da banda e, segundo ele, a banda seria uma mistura, bem como os brasileiros, mas não nega que, apesar do brasileiro ser regido por essa identidade diversa e plural, o Brasil ainda convive com a perversidade do preconceito social e racial. A música *Duas cidades*, componente de álbum homônimo, retrata a divisão entre Cidade-alta e Cidade-baixa.



Na letra da música, o eu lírico inicia o canto descrevendo a rotina da vida em Salvador e que, como em qualquer outro grande centro urbano, tem uma filosofia do “olho por olho”. A cidade em seu desdobramento contemporâneo é um estilhaçamento da cidade idealizada pela modernidade. A globalização, juntamente com o modo de vida capitalista exerce incidência no sujeito que está inserido dentro desse labirinto sem saída. O formato urbano atual, o acesso rápido à informação diversa e às diversas culturas fazem com que o homem contemporâneo se torne um “esgrimista” – a metáfora é de Renato Cordeiro Gomes (2008) – e crie um mecanismo de defesa para driblar todos os eventos absurdos e inúmeros que o atingem, criando assim uma atitude *blasé*. Além do drible às incontáveis novidades, sobreviver dentro desse formato de vida é uma verdadeira corrida desleal, um “salve-se quem puder”, o verdadeiro “olho por olho”. A expressão “olho por olho”, citada na letra, entra em convergência com a atitude *blasé* retratada por Joel Birman (2014). Birman ao falar de uma violência cada vez mais anárquica, retrata a indiferença como uma forma de defesa e falta de esperança do sujeito contemporâneo, como se a sucessão de eventos caóticos criasse um sujeito que espera por notícias piores e que não comporta nenhum tipo de empatia. Uma filosofia que não inspira ou entra em consonância com a dita alegria e empatia “baiana”. Sentimento famoso de um espaço geográfico que é classificado como berço da miscigenação, terra de “encantos e axé”, “sagrado e profano, o baiano é...”. De acordo com Hall (2006):

Para dizer de forma simples: não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los como pertencendo à mesma e grande família nacional. Mas seria a identidade nacional uma identidade unificadora desse tipo, uma identidade que anula e subordina a diferença cultural? (p.59).

A resposta buscada por Hall no questionamento anterior é respondida com uma breve observação, até superficial, do dia a dia na cidade baiana. Uma cidade que é retratada como dotada de uma identidade fortemente presente, encantadoramente empática, ainda enfrenta muitas problemáticas sociais que são rapidamente identificáveis, mas invisibilizadas devido às práticas de manipulação que uma representação pode engendrar, criando uma falsa sensação de discurso único e possível. A tentativa utópica de querer encaixar todos os sujeitos dentro de uma identidade não anula e nem subordina a diferença cultural que grita e resiste em espaços segregados. A cidade,



dentro de sua idealização de racionalidade geográfica – espaço racional – oblitera e segregá todas as demandas que não estejam em consonância com seus ideais urbanos de ordem e de progresso, exclui todas as outras existências que podem “sujar” o seu espaço.

A cidade não dá conta do “emaranhado de existências” (imagem de Renato Cordeiro Gomes, 2008) e cria, indiretamente, espaços não-oficiais para comportar as exclusões que provoca. Desse modo, vemos no Brasil essa segregação manifestada de forma espacial e geométrica, a exemplo do “asfalto/favela”, “cidade alta/cidade baixa” e “cidade oficial/cidade não oficial”. Em *Capitães da Areia* – apesar da denúncia social, da denúncia aos “homens ricos” que moram em mansões na Cidade alta – a Salvador de Jorge Amado aparece como cidade mística, onde desaguam diversas raças e culturas e acolhe. Acolhe o candomblé, os meninos pobres, os doqueiros, os homens ricos, os católicos e os sertanejos, detendo uma atmosfera inspiradora:

(...) Pedro Bala vira-se para ele e surpreende seu sorriso. A cidade está alegre, cheia de sol. Os *dias da Bahia parecem dias de festa*, pensa Pedro Bala, que se sente invadido também pela alegria. Assobia com força, bate risonhamente no ombro de Professor, e os dois riem, e logo a risada se transforma em gargalhada. No entanto, não têm mais que uns poucos níqueis no bolso, vão vestidos de farrapos, não sabem o que comerão. Mas estão cheios da beleza do dia e da liberdade de andar pelas ruas da cidade (Amado, 1937, p.123).

Com essa passagem, é possível perceber uma dualidade adotada pelo narrador. A escrita que tece críticas ao formato de vida desigual proporcionado pelas instituições governamentais consegue, ao mesmo tempo, adotar um comportamento de esperança e felicidade, consegue aclamar a cidade, pois “os dias da Bahia parecem dias de festa”. Essa movimentação dual de reforço da “imagem identitária” torna-se compreensível, porque ao nascer o sujeito-incorpora uma identidade, dentro de uma cultura, e veste as diretrizes de uma *representação*, adota discursos. A narrativa criada do Brasil como terra da mistura possui raízes profundas que datam do período de sua exploração. A Bahia por ter sido a primeira capital do país – passando o posto para o Rio de Janeiro (em 1763) – o porto onde ocorreu o deságue de diversos povos, recebe essa característica brasileira hiperbolizada. Deve-se dar relevo a outro ponto importante dessa feição identitária discursivamente estruturada, não é uma imagem que tem manutenção de forma exógena (de fora para dentro), mas ocorre de forma endógena (de dentro para fora) como um tipo de autopromoção de alguns baianos. Essa



autopromoção é feita pelos veículos midiáticos que possuem um interesse financeiro, mas, por vezes, ocorre de forma espontânea pela própria população que já nasce inserida dentro do universo dessa representação e acolhem a ideia, falas como “eu moro onde você passa as férias”, “baiano não nasce, estreia” são comuns no repertório de muitos baianos.

Lilia Moritz Schwarcz (2019), ao investigar as profundas raízes do autoritarismo brasileiro, elenca o mito das três raças – que gerou a ideia de miscigenação defendida até os dias atuais – como uma das primeiras estratégias de governos autoritários e violentos usadas como forma de construção da identidade brasileira, feita para a nova República que precisava de uma identidade própria. Estratégia utilizada propositalmente como forma de obliterar as outras culturas em detrimento da cultura da colônia portuguesa, em detrimento do colonizador que enxergava que necessitava se apoderar desse espaço simbólico para realizar a exploração de forma maior. No equilíbrio do amor à cidade e da crítica social, o narrador de 1937 continua:

Omolu tinha mandado a bexiga negra para a cidade alta, para a cidade dos ricos. Omolu não sabia da vacina, Omolu era um deus das florestas da África, que podia saber de vacinas e coisas científicas? Mas como a bexiga já estava solta (e era a terrível bexiga negra), Omolu teve que deixar que ela descesse para a cidade dos pobres. Já que a soltara, tinha que deixar que ela realizasse sua obra. Mas como Omolu tinha pena de seus filhinhos pobres, tirou a força da bexiga negra, virou em alastrim, que é uma bexiga branca e tola, quase um sarampo (Amado, 1996).

Contrariamente à atmosfera dos dias de festa, é retratada a cidade partida em cidade dos ricos e cidade dos pobres. A partição e disposição de direitos é exposta quando em uma passagem é descrito o castigo de Omolu. O orixá tinha mandado uma doença para a cidade dos ricos (a cidade alta) como vingança e reparação, mas Omolu não contava com a existência de mais um privilégio dos ricos, que era a vacina. Ele não tinha conhecimento tecnológico científico, era um rei das matas e como já não podia prender a “bexiga negra”, deixou ela realizar sua obra. Tirou a força da doença que mandara, como forma de proteger o povo da cidade dos pobres – povo que não teria facilmente o privilégio do acesso à vacina. Essa passagem toma no ano de 2020 grande contextualização, em um cenário de pandemia de um vírus letal – coronavírus – a disposição de privilégios a grupos de elite teve caráter indubitável. Com um vírus com proliferação acelerada e de rápido contágio, o governo criou algumas medidas de distanciamento social nos grandes centros urbanos e a mais importante foi



ficar em casa. Mas existiu um grupo que não conseguiu isolar oente contaminado em um quarto separado, pois não detinha uma moradia de qualidade e existiu um grupo que movimentou as engrenagens do progresso e precisou de se expor à contaminação. Alguns ficaram como o povo da cidade dos pobres de Jorge Amado, à própria sorte.

Discussões, pontualmente geográficas, acerca da segregação da cidade baiana fazem parte da escrita do escritor baiano Aleilton Fonseca (2012). O escritor, no conto *O corredor*, através da saga de Tobias coloca em voga o questionamento do pensamento “branco correndo é atleta e preto correndo é ladrão” e discorre sobre a segregação social e espacial em Salvador. O cenário escolhido não poderia ter sido escolhido de forma melhor, a trama é desdoblada no bairro do Corredor da Vitória, um bairro de classe alta e composto por uma parcela da elite soteropolitana, um espaço que Tobias, um negro, não deveria ocupar ou percorrer. O conto faz parte do livro *As marcas da cidade* (2012), Aleilton, nesse livro, narra as belezas e as mazelas do espaço soteropolitano, narra as verdadeiras marcas da cidade. Salvador é essa cidade conturbada cheia de diferenças sociais, adjetivada na letra da música como a babilônia. Em muitos estudos sobre o conceito de cidade, a cidade em seu sentido urbano é metaforizada como a própria babel, cidade caótica em oposição à cidade do céu:

O mito babélico envia à crítica da urbanidade mecânica da rapidez, do gigantismo crescente. Ilustra, além da possibilidade de comunicação, o tempo e o espaço esfacelado; um empreendimento ligado a um permanente recomeçar. Associa-se, portanto, em sua projeção na metrópole moderna, ao espetáculo disforme da cidade fragmentada desse universo descontínuo marcado pela falta de medida. Aí não se percebem formas definidas, contempla-se uma contínua massa amorfia, o todo caótico (Gomes, 2008, p. 88).

A babilônia onde a lei é diferente, o privilégio é para poucos ou nenhum, onde existe a lei do olho por olho, cantada em: “Diz em que cidade que você se encaixa: cidade alta, cidade baixa?” (Seko, 2015). A cidade, alta ou baixa, de ricos ou de pobres, não é uma escolha, mas reflexo de sua posição, de sua condição econômica e social e continua: “Todo dia acorda cedo pro trabalho, bota seu cordão de alho e segue firme pra batalha. Olho por olho, dente por dente. Espalha. Lei da Babilônia é diferente”, os meninos abandonados, os Capitães da Areia viviam a lei do “olho por olho e dente por dente” buscavam a sobrevivência através de pequenos roubos, todo dia eles acordavam dispostos a travar uma batalha nova.



## Considerações finais

Com estudos realizados acerca do conceito de cidade, percebe-se uma idealização utópica, inalcançável, que foi ditada ao conceber o espaço citadino. Esse espaço de delimitação geográfica, mas que estava disposto em nome da racionalidade urbana, de um progresso tecnológico e atrelado ao formato de vida capitalista e globalizado, não se realizou no Brasil. Essa não realização tem a justificativa pautada no processo fundador do país, que foi a colonização, uma forma de exploração e violência para com diversos povos. A colonização e o processo de escravidão apesar de estarem no passado e “institucionalmente” finalizados, arrumaram formas de perpetuação de seus mecanismos que se camuflam em práticas diferentes, mas que têm o mesmo objetivo. O Brasil dos discursos oficiais, das elites econômicas e artísticas, tem sua representação pautada em objetivos de manutenção de governos autoritários, formas que não são nenhum pouco inocentes. A música e o romance cantam a cidade e mostram que apesar da aura mística e inegável exaltação do popular e do tradicional até os dias atuais, Salvador- Bahia é um grande centro urbano como qualquer outro brasileiro. Uma cidade que está inserida dentro das diretrizes capitalistas, urbanas e globalizadas e sofrem com a desigualdade forte que acomete o país e o mundo – não é um oásis celeste e paradisíaco, livre de qualquer problema. É preciso confessar que o problema se torna maior e de mais difícil resolução quando é invisibilizado, um problema que não é discutido é um problema inexistente (Moritz, 2019).

O que se deve buscar é a discussão e o questionamento de tamanha segregação para além dos espaços geográficos. A imagem da Gamboa de Baixo (bairro de Salvador) resistindo, subindo em direção aos grandes casarões e apartamentos da cidade alta, é a imagem da proximidade e exclusão. Tão próximos, todos soteropolitanos, porém muito diferentes. A cidade partida não é uma característica particular de solo soteropolitano, mas de todos o país. A discussão sobre a temática já um caminho valioso e que contraria a maré do encantamento e do axé. Porém, torna-se paradoxal confirmar que Salvador encanta, encanta porque resiste. Resiste por reclamar sua tradição e africanidade em seus rituais, em seus afoxés, em seu Candomblé, em seu sincretismo inebriante,



assim como na Lavagem do Bonfim, onde sagrado e profano se misturam e catolicismo e tambores se unem. A suposta alegria soteropolitana pode estar na capacidade de resistir, sobreviver e pulsar.

**CRediT**

**Reconhecimentos:**

**Financiamento:** Não é aplicável.

**Conflitos de interesse:** Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

**Contribuições dos autores:**

**SILVA, Juliana Oliveira.**

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

**SANTOS, Oton Magno Santana.**

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

**Referências**

ALBERTO, Paulina L (2017). *Termos de Inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX*. Trad: Elizabeth de Avelar Solano Martins. – Campinas, SP: Editora da Unicamp.

AMADO, Jorge (1996). *Capítães da Areia*; ilustrações de Poty, 85<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record.

BIRMAN, Joel (2014). *O sujeito na contemporaneidade*: espaço dor e desalento na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHARTIER, Roger (1990). *A História cultural*: entre práticas e representações. – 2<sup>a</sup> ed. – Col. Memória e sociedade. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.

CUNHA, Eneida Leal (2006). *Estampas do imaginário*: literatura, história e identidade cultural. Belo Horizonte: UFMG.

FONSECA, Aleilton (2012). *O corredor da Vitória*. In: As marcas da cidade (Contos). Salvador: Caramurê.

GOMES, Renato Cordeiro (2008). *Todas as cidades, a cidade*: Literatura e experiência urbana; Prefácio de Eneida Maria de Souza. – 2º Ed. ampl.– Rio de Janeiro: Rocco.

HALL, Stuart (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. – 11º ed.- Rio de Janeiro: DP&A.

LE GOFF, Jacques (1990). *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, Sp. Editora da Unicamp (Coleção Repertórios).



PESAVENTO, Sandra Jatahy (2006). « *História & literatura: uma velha-nova história* », Nuevo Mundo Mundos Nuevos [Online], Débats, consultado em 22 de setembro de 2019. URL: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/1560> ; DOI : 10.4000/nuevomundo.1560

PINHO, Osmundo S. de Araujo (1998). *A Bahia no Fundamental: Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 13, n. 36. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000100007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000100007&lng=en&nrm=iso)>. access on 23 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100007>

RICOEUR, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora Unicamp.

SCHWARZ, Lilia Moritz (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. – 1ª ed.– São Paulo: Companhia das Letras.

SEKO, Marcelo. *Duas cidades*. Salvador: Casa das Máquinas (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z8izpWIQ1zA>

SILVA, Jamile Borges da (2020). *Para entender Salvador: das formas de habitar a cidade e ofício do Antropoligical Blues*. In: Cidades: Dilemas, desafios e perspectivas. [livro eletrônico] / Alex Ferreira Magalhães (Org.). [et.al]. – Rio de Janeiro: UVA.

VIEIRA, Nelson H (2017). *Hibridismo e alteridade: estratégias para repensar a história literária*. In: Histórias da literatura: leituras contemporâneas. Org: Maria Eunice Ferreira, Amanda da Silva Oliveira e Fábio Varela Nascimento. – Porto Alegre: Luminara Editorial.